

O velho Senado

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Joaquim Maria Machado de Assis é, na opinião dos críticos, o maior dos romancistas brasileiros. Nascido em 21 de junho de 1839, filho do pintor e dourador Francisco de Assis e de Maria Leopoldina Machado de Assis, lavadeira, portuguesa natural da Ilha de São Miguel, Machado foi, ainda, responsável por notáveis crônicas, contos e poesias, continuando a trabalhar até pouco antes de morrer, em 1908. O autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *O alienista*, pertence à rara espécie daqueles que, com o passar dos anos, escreve cada vez melhor.

Uma das suas crônicas mais famosas recebeu o título de “O velho Senado” e, em anos de sofrível qualidade literária, merece ser relida para avaliarmos a trajetória de uma das mais antigas e poderosas instituições políticas nacionais: o Senado.

O Senado do Império “era aspiração mais alta dos políticos da monarquia, pelo fato da sua vitaliciedade”, como registrou Afonso Arinos de Melo Franco. As províncias competia a eleição de lista tríplex, mas ao imperador ficava restrita a prerrogativa da escolha, dentre os escolhidos pelo voto, do candidato vencedor.

A Constituição republicana de 1891 determinou que o mandato dos senadores tivesse a duração de nove anos, “renovando-se o Senado pelo terço trienalmente”. Hoje o prazo encontra-se delimitado em oito, com renovação parcial a cada quadriênio, circunstância que não reduziu as ambições em torno do cargo.

Machado de Assis revelou-se, em variados estilos e publicações, arguto observador da vida e dos fatos. Como à época eram desconhecidos os modernos meios de comunicação a distância, exceto a telefonia, que dava tímidos passos iniciais, impunha-se ao jornalista a presença assídua na Câmara dos Deputados ou no Senado.

O velho Senado, tal como retratado pela caneta de Machado de Assis, escassa semelhança guarda com o novo, como o conhecemos hoje. A começar pela presença popular. As distâncias entre Brasília e o Brasil real tornaram-se, em qualquer aspecto, imensas, fator agravado pela inexistência de sistema confiável de transporte. A aviação — recurso por demais oneroso ao povo — murchou e enfrenta forte turbulência, provocada por intensa corrupção e baixíssima eficácia.

O Senado de então era casa de respeito: “Nenhum tumulto nas sessões. A atenção era grande e constante (...). Nabuco e algum outro dos principais da Casa gozavam do privilégio de atrair grande auditório, quando se sabia que eles rompiam um debate ou respondiam a um discurso”. Segundo o imortal escritor, “não faltavam oradores”. Uma única vez, contudo, ouviu Eusébio de Queiroz (o grande abolicionista), e a impressão que lhe causou foi viva, pois era “fluente, abundante, claro sem prejuízo do vigor e da energia”. Outro, entre os maiores, foi o senador Zacarias — Zacarias de Góis e Vasconcelos —, que “fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes. Tinha a palavra cortante, fina e rápida, com uns efeitos de sons guturais, que a tornavam mais penetrante e irritante”.

Havia, também, “a figura de Paranhos, alta e forte. Não é preciso dizê-lo a uma geração que o conheceu e o admirou, ainda belo e robusto na velhice”.

Não quero me alongar. Tenho, agora, o interesse centrado no Senado, e não na admirável figura de Machado de Assis. Este participa, com a famosa crônica, para tentarmos traçar paralelo entre o velho e o novo, convertido em manancial de acusações transmitidas pela imprensa, gerando forte sensação de que alguns dos senadores perderam a consciência das responsabilidades de que foram investidos. O país, ao que tudo indica, acha-se colocado diante de quadro alarmante de insuficiência cívica, inapetência moral e anemia intelectual, que põe em xeque a sobrevivência do Senado e a imagem do Legislativo, como advertia, há pouco, o senador Álvaro Dias em entrevista radiofônica.

Exceção feita a alguns impolutos representantes senatoriais, empenhados em defender a reputação da Casa, entre os demais a preocupação com as questões republicanas parece haver desaparecido, o que provoca e faz ganhar corpo, em meio aos cidadãos bem informados, a idéia da inutilidade da histórica instituição.

Duas ótimas oportunidades apresentam-se, contudo, para o Senado se redimir e reconquistar a boa imagem em perigo: a CPMF, o mais injusto dos impostos, e a Contribuição Sindical compulsória, geratriz do mau sindicalismo. Da decisão que tomar, em ambas as matérias, saberemos se estamos diante do respeitável velho Senado, ou de um novo, descredito e diminuído.